

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
DEPUTADA FEDERAL PADRE JOÃO - PT/MG



**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**

**Requerimento N° , de 2011**

Requer a realização de Audiência Pública para debater o desenvolvimento e o uso da agroenergia, assim como a implantação do Plano Nacional de Agroenergia e de Microdestilarias no Brasil .

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requero a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta comissão, a realização de Audiência Pública, para que seja debatido o desenvolvimento do uso da agroenergia, assim como a implantação do Plano Nacional de Agroenergia e de Microdestilarias no Brasil, fundamental para a promoção das energias alternativas e para o desenvolvimento do País com sustentabilidade socioambiental.

Aproveito ainda para sugerir como data para realização da referida Audiência Pública, a última semana de abril, haja vista que no próximo dia 22 de abril será comemorado o Dia Mundial da Terra. Nesse sentido, propomos a esta Comissão que sejam convidados para participarem da referida sessão de Audiência Pública, o Representante do Ministério das Minas e Energia, o Representante do Ministério da Agricultura e Pecuária, o Representante do Ministério Desenvolvimento Agrário, o Representante da Via Campesina e o Representante da CONTAG.

**JUSTIFICATIVA**

O esforço mundial e destacadamente o brasileiro, na busca de suprir as demandas energéticas com base em processos mais sustentáveis do ponto de vista econômico, social e ambiental, revela um importante espaço para o desenvolvimento da agroenergia. O Brasil deve ter um grande potencial de destaque neste segmento, que representa uma alternativa estratégica para a produção de energia, de maneira menos impactante, mais sustentável e com perspectivas de renovação continuada.

A agroenergia trata de um conjunto de produtos derivados da biomassa – produzidos ou liberados pela atividade humana ou animal - que podem ser transformados em fontes energéticas para usos distintos. O Brasil por suas características de país tropical e extenso território, apresenta condições inigualáveis para ocupar uma posição de vanguarda na promoção do uso da agroenergia no nosso planeta. No mundo contemporâneo, a energia é um dos vetores determinantes para o desenvolvimento da sociedade. O crescimento populacional e as atividades econômicas demandam de forma contínua e crescente de energia, para responder as necessidades da vida humana tal qual a vemos hoje.

O suprimento de energia primária varia entre os blocos econômicos e está diretamente correlacionado ao grau de desenvolvimento econômico dos países que os integram. Nos países com processos econômicos mais consolidados, a demanda energética por habitante é mais elevada do que em países com economias em fase de consolidação ou em desenvolvimento.

A sociedade contemporânea estabeleceu o seu desenvolvimento econômico baseado na utilização intensiva de fontes energéticas de origem fóssil e hoje se defronta com a necessidade de alterar substancialmente a matriz energética, intensificando os investimentos no uso de energia a partir de fontes alternativas, preferencialmente renováveis, que sejam sustentáveis do ponto vista social, econômico e ambiental.

O crescente aumento do preço do petróleo, as instabilidades de suprimento dado que as maiores reservas estão em áreas de conflito, e principalmente os riscos das alterações climáticas derivadas da liberação excessiva de gases de efeito estufa pelo elevado consumo de combustíveis fósseis, recomendam a busca de alternativas energéticas menos poluentes e renováveis.

Mais recentemente, com os problemas surgidos nas usinas nucleares no Japão, ocorreram de forma preventiva, algumas paralisações em usinas pelo mundo, recolocando novamente em pauta as energias renováveis como uma fonte importante para a composição da matriz energética mundial, com menor risco ambiental.

Além disso, nos últimos anos foram estabelecidos vários tratados entre as nações, atos sem precedentes na história da humanidade, como a assinatura da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e os compromissos firmados com o Protocolo de Quioto. O Brasil é signatário do Protocolo de Quioto e assumiu o compromisso de partilhar do esforço mundial para reduzir suas emissões domésticas.

É fundamental ressaltar que o nosso país é uma das poucas nações do mundo que possui soluções alternativas para uma crise de energia. Já somos o segundo maior produtor mundial de etanol, só perdendo para os EUA. Além disso, existem no país diversos tipos de plantas que podem ser utilizadas para a produção de biocombustíveis. Entre as principais matérias primas para a produção de biocombustíveis, encontradas de Norte a Sul do país, destacam-se: a mamona, o girassol, a soja, o dendê e o algodão, e para o álcool, a cana-de-açúcar e outros.

Ressalta-se ainda a importância de introduzirmos a participação da agricultura familiar e comunidades tradicionais na promoção e desenvolvimento da agroenergia, inclusive na produção de etanol, para substituição de derivados de petróleo no meio rural, processo este que poderá ser ainda mais facilitado com o advento das microdestinárias

Diante deste quadro, tornam-se cada vez mais fundamental que o governo federal venha a ampliar os estudos, financiamentos e programas que busquem desenvolver novas fontes de energia, para superarmos a crise energética que se avizinha, não sendo mais este importante tema, uma questão a ser tratada no futuro. Nesse sentido, o Brasil apresenta claras vantagens comparativas em relação aos demais países, em função do clima e da disponibilidade de áreas para novos investimentos na produção agrícola de suporte à agroenergia sem necessariamente afetar a segurança alimentar.

Inclusive, o Governo Federal já havia elaborado um Plano Nacional de Agroenergia para o período de 2006 a 2011, estabelecendo o marco e os rumos para as ações públicas e privadas de geração de conhecimento e de tecnologias que contribuam para a produção sustentável da agricultura de energia e para o uso racional dessa energia renovável. Uma de suas metas era promover um suporte a determinadas políticas públicas, como a inclusão social, a regionalização do desenvolvimento e a sustentabilidade ambiental.

Infelizmente, ainda carecemos de um planejamento e de uma ação de Estado mais ordenada e integrada, voltada para o desenvolvimento da agroenergia. Como a demanda de energia no mundo cresce 1,7% ao ano e o petróleo não sendo uma fonte renovável de energia, e sim finita, podemos constatar a evidente importância de investimentos públicos em pesquisas e no desenvolvimento de projetos que busquem novas tecnologias e arranjos para a produção de agroenergia.

O Brasil já apresenta as condições técnicas necessárias para a formação de um programa nacional para produção de energias renováveis. Nesse contexto, os agrocombustíveis, que correspondem aos líquidos obtidos da biomassa, como o etanol e o biodiesel, apresentam vantagens por serem fontes renováveis de energia, que poluem menos o ambiente e promovem a geração de empregos. Portanto, o objetivo de realizar esta audiência pública é para debatermos o desenvolvimento e o uso da agroenergia no Brasil, envolvendo a implementação do Plano Nacional de Agroenergia e a implantação de microdestilarias no Brasil.

Sala das Comissões, em    abril de 2011.

Deputado Padre João